

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL – PDI NO MUNICÍPIO DE SALVADOR: UM OLHAR PARA ALÉM DA OBRIGATORIEDADE DA LEI.

Cristiane Bacelar Lima da Cunha<sup>1</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa de tese tem como objeto o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, e suas respectivas estratégias pedagógicas enquanto instrumento político pedagógico do acompanhamento do percurso dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista -TEA da Rede Municipal de Ensino de Salvador, Bahia. O objetivo geral consiste em analisar, em decorrência da obrigatoriedade do PDI, as diretrizes indicadoras para o planejamento, como: identificação, avaliação, intervenções pedagógicas, procedimentos de adaptações/adequações curriculares e monitoramento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista –TEA identificadas nos planos entregues pelos professores do Ensino Fundamental I. Sendo assim, este trabalho tem como problema de pesquisa o seguinte questionamento: como as diretrizes indicadoras para o planejamento do PDI têm sido inseridas nos planos entregues pelos professores que atuam na sala de ensino regular, Fundamental I, atendendo estudantes com Transtorno do Espectro Autista -TEA? Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de estudo de caso, com método qualitativo e triangulação dos dados na análise. Por ora, já realizou o estado da arte das produções acadêmicas, evidenciando nos resultados encontrados a necessidade de se repensar o *modus operandi* do planejamento educacional, enquanto política pública a nível nacional, para os estudantes público-alvo da educação especial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial. Planejamento Pedagógico. Políticas Públicas.

### ABSTRACT

This thesis research has as its object the Individual Development Plan - PDI, and its respective pedagogical strategies as a political pedagogical instrument for monitoring the path of students with Autistic Spectrum Disorder - ASD of the Municipal Education Network of Salvador, Bahia. The general objective is to analyze, as a result of the mandatory PDI, the indicative guidelines for planning, such as: identification, evaluation, pedagogical interventions, curricular adaptation/adjustment procedures and monitoring of students with Autistic Spectrum Disorder - ASD identified in the plans delivered by teachers of Elementary School I. Therefore, this work has the following question as a research problem: how the indicative guidelines for the planning of the PDI have been inserted in the plans delivered by teachers who work in the classroom of regular education, Elementary I, serving students with Autistic Spectrum Disorder -ASD? Methodologically, it is a bibliographical, documentary and case study research, with a qualitative method and data triangulation in the analysis. For now, it has already carried out the state of the art of academic productions, evidencing, the results found, the need to

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Tiradentes, mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social – Fundação Visconde de Cairú, professora do Atendimento Educacional Especializado, coordenadora pedagógica pela rede municipal de ensino de Salvador, Bahia, membro do Grupo de Pesquisa.GPDACC. ORCID: 0000-0002-2256-2472 e-mail: [mestrado\\_cristiane@souunit.com.br](mailto:mestrado_cristiane@souunit.com.br)

rethink the modus operandi of educational planning, as a public policy at the national level, for students who are the target audience of special education.

**KEYWORDS:** Special education. Pedagogical Planning. Public policy.

## 1 Introdução

A trajetória desta pesquisa se inicia com o tema “Plano de Desenvolvimento Individual – PDI no município de Salvador: um olhar Para além da obrigatoriedade da Lei.”, pois o trabalho docente tem como base de referência a execução do planejamento cotidiano não sendo uma Lei Normativa, instituindo a sua obrigatoriedade, que será capaz de instruir e instituir uma prática de planejamento docente, visto que, esta ação já é inerente ao trabalho do professor, além de conhecer, dominar, integrar e mobilizar saberes enquanto condição para a execução de sua prática.

Este trabalho tem como objeto O Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, e suas respectivas estratégias pedagógicas enquanto instrumento político pedagógico do acompanhamento do percurso dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista -TEA da Rede Municipal de Ensino de Salvador, Bahia. O objetivo geral consiste em analisar, em decorrência da obrigatoriedade do PDI, as diretrizes indicadoras para o planejamento como: identificação, avaliação, intervenções pedagógicas, procedimentos de adaptações/ adequações curriculares e monitoramento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista –TEA identificadas nos planos entregues pelos professores do Ensino Fundamental I. No que concerne aos objetivos específicos, foram elencados: identificar as demandas da Educação Especial da Rede Municipal de Ensino de Salvador (BA), quanto ao número de estudantes matriculados por deficiência, ano de escolarização, distribuição por idade, sexo, procedência, quantitativo das salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE com seus respectivos professores, por formação, recursos materiais e humanos, quantitativo de Profissional de Apoio; além de descrever o percurso metodológico que fundamentou a elaboração da Instrução Normativa nº 001/2020, de 23 de dezembro de 2020, que dispôs sobre os procedimentos para adaptação e/ou adequação e flexibilização curricular na elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual - PDI para os estudantes público-alvo da Educação Especial e/ou outras Necessidades Educativas Específicas (NEE) de todos os segmentos educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino da cidade de Salvador; ademais, também tem como objetivo

estabelecer um paralelo entre os planos elaborados pelos professores antes e após a publicação da Instrução Normativa nº 001/2020, de 23 de dezembro de 2020, quanto a identificação, avaliação e intervenção pedagógica, procedimentos de adaptações/adequações curriculares e monitoramento de estudantes TEA do Ensino Fundamental I.

Assim, surge o problema de pesquisa: como as diretrizes indicadoras para o planejamento do PDI têm sido inseridas nos planos entregues pelos professores que atuam na sala de ensino regular, Fundamental I, atendendo estudantes com Transtorno do Espectro Autista -TEA?

Leva-se em consideração, para a elaboração deste estudo, as abordagens que dialogam com o planejamento do professor e educação especial, trazidas pelos escritos de Nóvoa (2002), Tardif (2012), e Luck (2013), Mantoan (2003), dentre outros, fundamentando ações para identificação, avaliação, intervenções pedagógicas, procedimentos de adaptações/ adequações curriculares e monitoramento de estudantes com autismo, com o objetivo de derrubar barreiras que os excluem em sua interação com a turma e com o processo de ensino-aprendizagem, promovendo a inclusão de fato dentro e fora da instituição escolar. Além do proposto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), traz como proposta de inclusão escolar não apenas o acesso, mas a garantia da permanência e a aprendizagem dos estudantes público alvo da referida política, o que fica evidente que: assegurar apenas matrícula, por si só, não é condição suficiente para cumprir o objetivo da política. Contudo, é preciso criar mecanismos que promovam a sua permanência e aprendizagem.

## **2 Metodologia utilizada**

A abordagem de que este estudo se vale é a pesquisa qualitativa; por sua vez, quanto aos objetivos, abordaremos a descritiva e explicativa e, no que se refere aos procedimentos, será uma abordagem bibliográfica, com livros, revistas, artigos e dossiês, e documental, através de análises dos planos de ensino executados pelos docentes que atuam na sala de ensino regular do fundamental I para estudantes com Transtorno do Espectro Autista - TEA, além do estudo de caso, tendo como lócus 11 escolas e a Coordenadora de Inclusão Educacional e Transversalidade da Secretaria

Municipal de Educação- SMED. Os sujeitos da pesquisa serão 150 professores que lecionaram para estudantes com TEA, entre os anos de 2019 e 2021. Os instrumentos a serem utilizados são questionários e entrevistas semiestruturados, e, no tocante ao método de análise, será usada a triangulação.

## 2.1 Resultados

Diante do contexto, almeja-se que essa pesquisa traga resultados para a rede de ensino do Município de Salvador (BA) quanto a efetividade da Política Pública (Instrução Normativa 001\2020), que institui a obrigatoriedade do planejamento para alunos com Transtorno do Espectro Autista -TEA dentre outros, se será capaz de instruir e instituir uma prática de planejamento docente, visto que, esta ação já é inerente ao trabalho do professor.

Neste interim, já se dialogou com os princípios do estado da arte, através da revisão da literatura pertinente aos descritores básicos: “planejamento”, “educação especial” e “escola pública”, no Banco de Dissertações e Teses do Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), e nos Dossiês selecionados nos Periódicos do Quadriênio 2017-2020. Após a análise dos dados levantados das produções elencadas, verificou-se nas entrelinhas a necessidade de se repensar o *modus operandi* do planejamento educacional, enquanto política pública a nível nacional, para os estudantes público-alvo da educação especial, ao passo em que os profissionais da educação são desafiados a adequarem os currículos e as estratégias pedagógicas às necessidades e especificidades desses estudantes, a fim de garantir, não apenas o acesso e a permanência na instituição escola, mas o seu desenvolvimento integral, em todos os níveis de ensino.

## Considerações finais

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) traz como proposta de inclusão escolar não apenas o acesso, mas a garantia da permanência e a aprendizagem dos estudantes público alvo da referida política, o que fica evidente que assegurar apenas matrícula, por si só, não é condição suficiente para cumprir o objetivo da política. Contudo, é preciso criar mecanismos que

promovam a sua permanência e aprendizagem, como políticas públicas com foco no planejamento educacional.

O planejamento focado na individualização do ensino, enquanto processo inerente ao trabalho do professor, pode nortear a condução das ações e estratégias da instituição educacional na oferta de uma educação de qualidade ao estudante público alvo da educação especial. Ele deve, principalmente, acolher e contemplar os anseios e necessidades da pessoa com deficiência, contribuindo com o desenvolvimento e aprendizagem desse público no espaço escolar.

## Referências

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEEP, 2008.

LUCK, Heloísa. Avaliação e monitoramento do trabalho educacional/Heloísa Luck. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. – (Série Cadernos de Gestão; 7).

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: EDUCA, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.